

## 2

### Desaparecimento e Luto

Estudar os temas luto e desaparecimento mostrou-se um grande desafio desde o início da elaboração desta pesquisa, e levou-nos à constatação de um dado preocupante: a escassez de trabalhos junto a famílias de pessoas desaparecidas, em especial no Brasil. A falta de materiais sobre o assunto no país parece não só deflagrar a premência de estudos como este, mas evidencia o pouco preparo das diversas especialidades para atender as reais necessidades destes familiares. Vivenciar o desaparecimento de um ente querido já se mostra como um fator de risco para estas famílias e a pequena quantidade de produções dificulta ainda mais a proposição de medidas eficazes para o suporte a esta população.

Para realizarmos uma discussão sobre o tema, formulamos a seguinte questão: como podemos entender o desaparecimento de uma criança de seu núcleo familiar? De que tipo de perda estamos falando?

Partimos da premissa de que o desaparecimento se configura como um tipo particular de perda devido às causas desconhecidas do mesmo e à ausência de corpo, além da agravante incerteza sobre a vida (ou morte) daquele que desaparece. Os autores utilizados para embasar esta discussão – em sua maioria de outros países – puderam observar em seus estudos, junto a famílias de desaparecidos, sentimentos de pesar e angústia, tais como os presentes nos casos de morte de um ente querido. Por esta razão, começaremos nossa discussão pelas questões relacionadas ao luto para, posteriormente, adentrarmos nas especificidades nos casos dos desaparecimentos.

#### 2.1

##### Formação e rompimento de vínculos

No Dicionário de Língua Portuguesa (Ferreira, 2004), a palavra luto é definida como: (1) sentimento de pesar ou dor pela morte de alguém; (2) os sinais exteriores de tal sentimento, em especial o traje preto, quase sempre, que se usa

quando se está de luto; (3) o tempo durante o qual se usa o luto; (4) tristeza profunda; consternação, dó; (5) Fig. A morte.

Assim como nas definições acima descritas, geralmente quando dizemos que alguém está de luto, referimo-nos à perda de alguém querido por morte, mas a experiência de enlutamento abrange muitas outras possibilidades. Autores como Kovács (1992), Parkes (1998) e Franco (2002) referem-se à separação entre vivos, doenças, transição de fases do desenvolvimento, perdas de parte do corpo (amputações) e migração como exemplos de experiências de luto em vida, as quais podem gerar reações tais quais nos casos de morte daqueles que amamos.

O luto, portanto, não está relacionado apenas à morte em si, mas sim ao grau de investimento afetivo estabelecido entre o eu e o que é ou quem é perdido, e pode ser entendido como uma reação frente ao rompimento de vínculos, ou seja: quanto maior a vinculação e o investimento libidinal em um objeto, maior a energia necessária para o desligamento no caso de perda do mesmo.

Para entendermos melhor o conceito de vínculo, retomemos Bowlby em seu livro “Formação e Rompimento dos Laços Afetivos” (1990). O autor afirma que todos os seres vivos estabelecem relações de apego. Apegar-se é um instinto natural de formar laços e inclui o desenvolvimento de estratégias de manutenção dos mesmos junto às figuras eleitas quando em situações de estresse, doença ou medo. É a partir deste comportamento de apego que estabelecem-se os vínculos, os quais possuem uma dupla função: transmitir segurança e dar continência a ambas as partes.

Nos primórdios de sua teoria, Bowlby (1990) realizou estudos que comprovaram que nos mamíferos, em especial nos primatas, o primeiro e mais persistente vínculo é geralmente estabelecido entre mãe e filhote (por mãe, entenda-se cuidador primário do bebê). As funções básicas da vinculação em todas as espécies são, além de nutrição e reprodução, a proteção contra predadores. O autor atesta que a vinculação afetiva é resultado do comportamento social de cada indivíduo mas, em geral, os membros do par tendem a se manter próximos e, quando se separam, em algum momento, procuram por este outro novamente. Bowlby (1990) sugere que os vínculos afetivos se desenvolvem devido à forte inclinação das criaturas a se aproximarem de classes de estímulos que lhes são familiares e, em contraposição, evitarem as que lhes são estranhas.

Nos seres humanos, características como proteção, alimentação e sobrevivência da espécie também estão presentes, mas há uma diferença primordial no processo de formação de laços: a presença da linguagem e da cultura. O apego na espécie humana, segundo Bowlby (2002) está diretamente relacionado às trocas afetivas entre as figuras principais e o bebê e, desta forma, a interação será demarcada pelo comportamento de ambas as partes, tornando assim fundamentais os fatores que antecedem e influenciam este vínculo, incluindo o significado da criança na vida desta família.

Bowlby (2002) ressalta que quando o apego possui uma base segura, a presença da figura principal oferece segurança e a criança sente-se apta a explorar e conhecer o ambiente. Em situações onde não exista nenhuma ameaça aparente, a criança pode partir em um comportamento exploratório ativo. Há também a função de “porto seguro”: quando há uma ameaça imediata no ambiente, a criança pode voltar-se em busca de conforto e estabilidade na figura de apego, e será bem sucedida. Portanto, o apego é um sistema de regulação mútua entre pais e bebês, cuja função básica é prover proteção e segurança ao bebê vulnerável através da proximidade com o cuidador. Além desta função reguladora, o apego também deve:

- a) Desenvolver confiança básica e reciprocidade que servem como base para futuros relacionamentos emocionais;
- b) Explorar o espaço com sentimentos de segurança e despreocupação, o que permite um desenvolvimento cognitivo e emocional saudável;
- c) Desenvolver habilidades para o autocontrole, o que resultará em eficientes manejos dos impulsos e emoções;
- d) Criar uma fundação para a formação de identidade, que inclui um senso de competência, autovalorização e um equilíbrio entre dependência e autonomia;
- e) Estabelecer uma estrutura moral pró-social que envolve empatia, compaixão e consciência;
- f) Gerar um sistema de crenças nuclear que compreende estimar a si mesmo, cuidadores, entre outros;

g) Prover defesas contra estresse e trauma, incorporando recursos internos e capacidade de resiliência.

No entanto, em estudos realizados por Ainsworth (1978), há casos nos quais a base do apego não é segura, o que não impede a formação do vínculo, mas pode influenciar negativamente no estabelecimento de novas relações. Segundo a autora, os dois tipos de apego inseguro são:

- *Apego inseguro/evitativo*: crianças que, ao procurar o apoio do cuidador, não encontram uma resposta positiva e sim rejeição, tendendo a mostrar como defesa uma atitude de auto-suficiência emocional, evitando contatos mais íntimos.

- *Apego inseguro/ambivalente*: crianças respondem com comportamentos ansiosos, tais como abraçar e chorar, e hipersensibilidade a afetos negativos, pois não sabem se o cuidador estará disponível ou não quando procurado, tendendo a apresentar ansiedade de separação.

A importância do apego é apontada também em nosso sistema nosológico de classificação de patologias. De acordo com o DSM-IV (APA, 1994), código F94.x 313.89 - *Transtorno de Apego Reativo na Infância* - a característica essencial do Transtorno de Apego Reativo é uma ligação social acentuadamente perturbada e inadequada ao nível de desenvolvimento na maioria dos contextos, com início antes dos 5 anos de idade, e associada ao recebimento de cuidados amplamente patológicos (Critério A). Existem dois tipos de apresentação:

1) *Apego inibido*: a criança fracassa persistentemente em iniciar ou responder à maior parte das interações sociais de uma forma adequada a seu nível de desenvolvimento. A criança apresenta um padrão de respostas excessivamente inibidas, hipervigilantes ou altamente ambivalentes (por ex., vigilância fixa, resistência a ser confortada ou um misto de abordagem e esquiva).

2) *Apego desinibido*: sociabilização exagerada e indiscriminada e falta de seleção de apegos (excessiva familiaridade com estranhos). O padrão de vinculações é difuso.

O transtorno de apego reativo na infância está associado a cuidados amplamente patológicos, que podem assumir a forma de negligência persistente em relação às necessidades emocionais básicas da criança por conforto, estimulação e afeto; negligência persistente em relação às necessidades físicas básicas da criança; ou mudanças repetidas de quem cuida primariamente da criança, evitando a formação de vínculos estáveis (por ex., mudanças frequentes de pais adotivos).

Em pesquisa realizada conjuntamente por Ainsworth e Bolwby (1991), as possíveis causas para o apego disfuncional são: abuso ou negligência (não se estabelece uma relação de confiança); cuidado ineficiente ou insensível (não atende as reais necessidades da criança); depressão unipolar, bipolar ou pós-parto; distúrbios psicológicos severos e/ou crônicos; pais adolescentes (ainda não deixaram o papel de filhos); abuso de substâncias; dificuldades de apego intergeracionais (conseqüência de conflitos na família de origem não resolvidos, história de separação, perda e/ou maus-tratos); ausência prolongada (prisão, hospital, deserção, morte); nascimento prematuro (mãe e bebê não estão prontos); problemas congênitos do bebê; pobreza; violência (vítima e/ou testemunha); falta de suporte (pai ausente, isolamento, falta de serviços); mudanças constantes de moradia; conflitos conjugais; desorganização familiar; comunidade violenta e falta de estimulação.

De forma resumida, Bolwby (1990) afirma que, em termos de experiência subjetiva, a formação do vínculo é descrita como "apaixonar-se"; a manutenção como "amar alguém"; e a perda como "sofrer por alguém". Em outras palavras, a manutenção de um vínculo é experimentada como uma fonte de segurança; a renovação como fonte de alegria; a ameaça de perda gera ansiedade; e a perda real gera tristeza e insegurança, dando início ao chamado processo de luto.

## 2.2

### **Luto: processo de elaboração**

Freud, no texto “Luto e melancolia” (1917), foi um dos primeiros autores a introduzir a conceito de luto em seus estudos. Para o autor, os seres humanos apresentam duas formas de enfrentar a perda de um objeto de amor: o luto ou a melancolia.

No luto, há uma intensa resposta emocional à separação e ao rompimento de vínculos. Estas repostas emocionais são reações à perda real de um objeto de amor, no qual havia um intenso investimento libidinal. Quando o objeto é perdido, o enlutado gradativamente deve retirar a libido de todas as ligações com este. O luto é, portanto, caracterizado por tristeza e dor, que podem ser expressas e descarregadas, possibilitando, posteriormente, que o indivíduo desinvista a libido do objeto de amor perdido, tornando-a disponível para futuras relações. De acordo com Freud (1917), este processo tem duração determinada, variando de acordo com o grau de ligação afetiva que a pessoa estabelecia com o objeto.

Já na melancolia, a perda não é só do objeto, mas também de si próprio. O amor sobre o que ou quem se perdeu não pode ser abandonado e o enlutado se identifica com o este, incorporando-o. Em outras palavras, a pessoa se agarra ao objeto perdido, tentando negar a realidade da perda, pois separação significa dor.

O enlutado permanece ligado ao que foi perdido, prejudicando (ou até mesmo impossibilitando) o estabelecimento de novas relações. A melancolia, portanto, se caracteriza por uma impossibilidade de substituição do objeto de amor, pois isto significaria aceitar a perda de si mesmo (Freud, 1917).

Vale ressaltar que, tanto o luto como a melancolia são caracterizados por um estado depressivo que têm como sintomatologia fundamental, “... desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade...” (Freud, 1917, p.250). Porém, no processo de luto, o chamado “teste de realidade” revela ao sujeito que o objeto não mais existe, tornando imprescindível à renúncia dos laços com este para que, com o tempo, a energia libidinal possa ser re-investida em um novo objeto. Já na melancolia, a pessoa mantém-se fixada ao objeto perdido, negando a perda e não se permitindo estabelecer novos vínculos.

Zimmerman (2001) afirma que a melancolia poderia ser definida pelo que, atualmente, nomeamos luto patológico. A autora acrescenta que, na vivência melancólica, há uma impossibilidade de o sujeito enlutar-se pelo que foi perdido por estar indissociado do mesmo desde antes da perda. A problemática decorrente desta não-elaboração, portanto, é a (con) fusão entre enlutado e objeto perdido, o que faz com que, ao longo do tempo, o eu do sobrevivente possa sucumbir.

Porém, como afirma Kovács (1992), as perdas são naturais à condição humana, estando presentes em todas as etapas do ciclo vital; no entanto, embora

sejam experiências universais são, ao mesmo tempo, vivências particulares na história de cada ser humano, e estão diretamente relacionadas à qualidade do vínculo estabelecido com o objeto perdido. Ainda segundo a autora, qualquer perda, seja em vida ou pela própria morte, pode desencadear um processo de luto, mesmo as chamadas experiências de “morte em vida” (como nos casos de separação conjugal ou passagem da infância para a adolescência) pois geram desamparo, sensação de incompletude e a percepção da própria finitude. Sentimentos como angústia, solidão, medo e tristeza geralmente estão presentes quando perdemos algo ou alguém e demandam um tempo de elaboração, pois resultam em privação (aquilo que você tinha não tem mais) e mudanças (perda de controle diante do ocorrido e da nova situação). Há, portanto, um estremecimento dos sentimentos de segurança e previsibilidade da vida.

Podemos concluir que o luto é a reação ao rompimento de vínculos e isto é normal e esperado. Segundo Parkes (1998), “... a dor do luto é tanto parte da vida quanto a alegria de viver; é, talvez, o preço que pagamos pelo amor, o preço do compromisso.” (p.22). Algo ou alguém já não mais existe, e a libido deve ser retirada do objeto perdido para ser re-investida, possibilitando, conseqüentemente, uma re-significação da relação com o que ou quem foi perdido.

Para Franco (2002), o processo de luto pode desencadear uma série de reações nos âmbitos intelectual (déficit de memória e concentração, confusão, desorganização, intelectualização, desorientação, negação, sensação de despersonalização); emocional (choque, entorpecimento, raiva, culpa, alívio, depressão, irritabilidade, solidão, saudade, descrença, tristeza, ansiedade, medo); físico (alterações de apetite, sono e peso, inquietação, dispnéia, palpitação, perda de libido, choro, consumo de substâncias psicotrópicas, álcool e fumo, “vazio” no estômago, “aperto” no peito, “nó na garganta”, hipersensibilidade ao barulho, falta de ar, fraqueza muscular, falta de energia, boca seca, suscetibilidade à doenças, em especial às relacionadas à baixa imunidade); espiritual (perda ou aumento na fé religiosa, questionamentos sobre fé, valores, Deus); e social (perda de identidade, isolamento, afastamento).

A autora acrescenta que o luto é uma crise, no sentido que ocorre um desequilíbrio entre a quantidade de ajustamento necessária e os recursos imediatamente disponíveis para lidar com a situação. A perda abala uma estrutura até então conhecida, provocando uma ruptura, e sempre que perdemos algo ou

alguém a quem éramos vinculados, faz-se necessário um processo de reorganização diante das mudanças que se instauram.

Parkes (1998) defende que a base do luto complicado está justamente na resistência a estas mudanças. O autor ressalta ainda que, em qualquer luto, raramente fica claro o que de fato foi perdido, em decorrência do grande número de perdas secundárias, o que pode dificultar ainda mais este processo de elaboração. O autor afirma que o trabalho de luto consiste em aceitar a realidade da perda vivida, elaborar a dor da mesma, ajustar-se ao ambiente onde o objeto perdido não mais se encontra e reposicionar-se emocionalmente em relação a este, podendo dar continuidade à vida. Ressalta que as mudanças levam tempo e não são apenas individuais, mas também sociais, em especial no núcleo familiar, já que todos são afetados pela perda.

## 2.3

### As fases do luto

Muitos estudos têm sido realizados sobre a morte e o morrer, e alguns autores se destacam por suas importantes contribuições. Citemos, por exemplo, Kübler-Ross (1981), que após anos de prática profissional junto a paciente oncológicos fora de possibilidade de cura, nomeou cinco fases que compõe o processo de luto. São elas:

1) Negação e isolamento: a negação e o isolamento são mecanismos de defesa temporários do ego contra a dor psíquica diante da morte. A intensidade e duração desses mecanismos dependem de como a pessoa que sofre e as outras pessoas ao seu redor são capazes de lidar com a perda.

2) Raiva: a raiva surge devido à impossibilidade do ego manter a negação e o isolamento indefinidamente. Este sentimento torna os relacionamentos conflituosos e todo o ambiente é hostilizado. Junto com a raiva, podem surgir sentimentos de revolta, inveja e ressentimento.

3) Barganha: na maioria dos casos, a barganha é feita com Deus, as quais geralmente assumem um caráter de súplica. Esta fase caracteriza-se pela tentativa

do enlutado de aplacar seu sofrimento a partir de da fantasia de que poderia reverter a perda oferecendo algo de si em troca.

4) Depressão: a depressão aparece quando a pessoa dá-se conta da realidade da perda. Nesta fase, geralmente aparecem sintomas de desânimo, desinteresse, apatia, tristeza e choro.

5) Aceitação: a pessoa já não mais experimenta o desespero e nem nega a realidade da perda. Pode, a partir desta etapa, re-significar a relação com o objeto perdido e seguir em frente, reinvestindo a libido em outras relações.

Vale ressaltar que toda perda atingirá não apenas um indivíduo, mas um número significativo de pessoas; em especial, o núcleo familiar, e estas fases podem ser vividas em diferentes momentos por cada membro do sistema. Segundo Walsh e McGoldrick (1998):

A morte de um ente da família produz uma alteração no sistema familiar como um todo. O choque e a dor de uma perda traumática perturba o equilíbrio familiar, gera uma redistribuição de papéis e, de modo mais grave, a dissolução da família. (p.43)

Como apontam as autoras, a morte na família é um evento disruptivo, podendo gerar ansiedade e temor, além de possibilitar a emergência de conflitos anteriormente velados. Corroborando com estes dados, Worden (1997) aponta que a reação de luto de cada membro da família variará de acordo com alguns fatores, que podem dificultar, ou até mesmo impedir, a elaboração da perda, tais como o tipo de relação entre o enlutado e o falecido (em especial se a relação era ambivalente ou de forte dependência); o tipo de morte (principalmente nos casos onde a morte é incerta, como nos casos de desaparecimento, no qual o enlutado não pode afirmar se o ente querido está vivo ou morto e qual é sua exata localização); perdas múltiplas e a ausência de uma rede de apoio continente e segura (por exemplo, quando a perda não é reconhecida ou não se fala sobre o ocorrido).

Rando (1997) aponta que nos casos de morte de criança, alguns pontos devem ser observados, em especial nos pais, que além de uma perda na família, sofrem o impacto da quebra da continuidade presumida e esperada da vida. De acordo com a autora, os pais podem impedir, suprimir ou não apresentar

sentimentos de pesar em decorrência de uma negação extrema da morte, já que ao perder um filho, perdem parte de si mesmos, de seus sonhos e projetos.

Em outros casos, Rando (1997) chama atenção para a presença de um pesar distorcido e/ou conflituoso, no qual há um exagero ou distorção em uma ou mais manifestações do luto normal. Podemos citar, por exemplo, os sentimentos de raiva e culpa, muito comuns em pais enlutados. A raiva aparece, em especial, nos casos de mortes repentinas, onde não há possibilidade de despedidas; já a culpa, geralmente, está relacionada às expectativas sociais de que os pais devem proteger seus filhos contra todos os perigos, e sua morte representa o fracasso no exercício da função parental.

O quadro de luto crônico, segundo a autora, também é mais freqüente em pais enlutados: determinadas fases do desenvolvimento remetem os genitores a que momento de vida a criança estaria vivenciando, se estivesse presente. Datas de aniversário, irmãos e amigos do filho falecido que se formam, casam, ou seja, que seguem cumprindo as etapas vitais, podem trazer à tona novamente sentimentos presentes na época da perda e, por isso, o caráter de cronificação.

Por fim, Rando (1997) chama de síndrome do luto não antecipado o fato de que pais enlutados nunca prevêm a morte de um filho, pois isto romperia com a suposta e desejada previsibilidade do mundo. Conseqüentemente, não torna possível a realização de rituais de despedidas e fechamentos. Desta forma, todos os sentimentos presentes em um luto normal tendem a ser prolongados, tanto em relação ao tempo como em relação à intensidade.

Vale ressaltar que todas estas possibilidades estão diretamente relacionadas ao tipo de vínculo que existia entre criança e seus pais, e Rando (1997) aponta que alguns fatores devem ser considerados quando pensamos no luto parental, tais como: natureza e significado únicos do relacionamento; papel e características específicas da criança dentro do sistema familiar; questões pendentes; se houveram perdas secundárias (quantas e quais); padrões de enfrentamento, personalidade e saúde mental dos pais; além de nível de inteligência e maturidade; idade; experiências prévias de perda; suporte social/cultural/religioso; circunstâncias da morte; nível sócio-econômico; realização de funerais, abuso de substâncias e alterações físicas (como sono e alimentação).

## 2.4

### Luto e desaparecimento: uma perda particular

Para que o processo de luto se instale, é preciso, antes de tudo, reconhecer a perda para, a partir daí, transformar a experiência. (Saraiva, 1999, p.72)

As experiências que nos fazem pensar na morte, mesmo que esta não tenha ocorrido concretamente, geram sentimentos de dor, ruptura, interrupção e tristeza. Isso ocorre pois, em qualquer separação, é preciso desinvestir a libido do objeto perdido, enlutar-se por este, mas também pela perda de parte de si mesmo. A morte e sua irreversibilidade nos parecem aterrorizantes, pois, objetivamente, não podemos reaver aquilo ou aquele que amamos. Kovács (1992) afirma, porém, que uma das experiências mais dolorosas para o ser humano é a separação entre vivos, referindo-se a estas experiências como “situações-limite”, nas quais a dor e o sofrimento são devastadores. A autora acrescenta que estas situações podem ser mais temidas do que a própria morte, por serem vividas conscientemente em toda sua intensidade.

Podemos afirmar que o desaparecimento físico e inexplicável de um familiar é uma separação entre vivos já que, embora a ausência do ente querido seja real, não há confirmações definitivas sobre a perda; nem vida nem morte são certas. O desaparecimento configura-se, desta forma, como uma ruptura sem anúncio, uma ausência sem explicação, sem fechamento. Como bem aponta Boss (2001),

Não se pode dizer com segurança se o ser amado está vivo ou morto, recuperando-se ou morrendo, presente ou ausente. Não só falta informação sobre o paradeiro da pessoa, mas tampouco existe a constatação oficial da sociedade de uma perda: não há certidão de óbito (...) nem funeral, nem corpo, nem algo o que enterrar. (p.19)

Quando falamos em desaparecimento, portanto, estamos falando de uma perda muito particular pois, diferentemente dos casos de morte, não há uma confirmação do que de fato ocorreu com o ente querido. O objeto de amor está ausente, mas não se sabe se retornará ou nunca mais será visto.

Segundo Boss (2001), o trabalho com pessoas enlutadas por familiares de pessoas desaparecidas se assemelha ao trabalho realizado com os pacientes

enlutados pela morte de um ente querido; porém, torna-se uma tarefa particularmente difícil devido à falta de certezas e às fantasias em relação às causas do desaparecimento. De acordo com a autora, as reações de luto tendem a ser ainda mais intensas, podendo levar a um quadro ao qual nomeou como *luto ambíguo*:

...a perda é desconcertante e as pessoas se vêem desorientadas e paralisadas. Não sabem como se portar nessa situação. Não podem solucionar o problema porque não sabem se este (o desaparecimento) é definitivo ou temporário (...) a incerteza impede que as pessoas se adaptem à ambigüidade de sua perda, reorganizando os papéis e as normas de suas relações com os outros queridos (...) se agarram à esperança de que as coisas voltem a ser como eram antes (...) lhes são privados os rituais que geralmente dão suporte a uma perda clara, tais como funerais depois de uma morte na família. (p.20)

Por esta razão, segundo Boss (2001), o luto complicado pode ser, nos casos de desaparecimento, uma reação normal à situação devido a sua complexidade e, em especial, porque a resolução da perda depende diretamente de fatores externos àqueles que a vivenciam. Este dado já havia sido apresentado nos escritos de Worden (1998), o qual afirma que,

Existem algumas circunstâncias que podem impedir o luto de uma pessoa ou dificultar a sua conclusão de forma satisfatória. A primeira destas é quando a perda é incerta. Um exemplo disto seria um soldado ausente em ação. Sua mulher não sabe se ele está vivo ou morto e, conseqüentemente, não consegue passar por um processo de luto adequado. (p.85)

Boss (2001), ao relatar seu trabalho, realizado em 1974, junto a viúvas de pilotos desaparecidos em combate no Vietnã e Camboja, explicita a complexidade do fenômeno desaparecimento. Foi possível constatar que, para estas mulheres, dois importantes agravantes eram a falta de informações e a não-confirmação oficial da morte de seus cônjuges. A autora afirma que, quando uma esposa insistia em manter o marido vivo psicologicamente, a família apresentava mais conflitos e um nível rebaixado de funcionamento. Concluímos, portanto, que a desorganização frente ao desaparecimento de um ente querido atinge diversas esferas da vida dos enlutados. Porém, como afirma Boss (2001)

Ao contrário da morte, uma perda ambígua pode nunca permitir que a pessoa que sofre alcance o desapego necessário para encerrar adequadamente seu luto (...) é sentida como uma perda, mas não é de fato. As pessoas intercalam esperança e desespero, depois retomam esperança e assim sucessivamente. (p.23)

A impossibilidade de enlutar-se e, ao mesmo tempo, de não se enlutar, marca os casos de desaparecimento. A dor dos enlutados convive diariamente com a fé e a esperança do reencontro. Mas o luto pode ser elaborado? Como bem afirma Saraiva (1999)

... lutos não feitos, eventos não formulados e que não foram colocados em palavras que pudessem dar sentido e permitissem que fossem integrados. Isso agrava a história e sobrecarrega-a com a falta de sentidos que ressurgem na vida do indivíduo como uma parede invisível, um obstáculo incompreensível. (p.63)

Para os membros da família de uma pessoa desaparecida, portanto, as emoções oscilam entre a esperança e o desespero, e estes aguardam, por vezes, durante anos, sem sequer receber novas informações sobre o paradeiro de seus amados. A família e os amigos de pessoas desaparecidas sofrem uma tortura mental lenta; ignoram se o ausente ainda está vivo e se, neste caso, onde está, em que condições e qual seu estado de saúde.

Vejamos outro exemplo citado por Boss (2001). Em 1951, desapareceram misteriosamente os irmãos de Ken, David e Dan Klein (com idades entre 4 e 6 anos). Eles estavam em um parque onde costumavam ir brincar, próximo à residência da família. O quarto filho não estava junto com os irmãos, pois havia voltado para casa para trocar os sapatos.

Dois gorros de lã dos meninos foram encontrados mais tarde no Rio Mississippi. Mais de 40 anos depois, o casal ainda coloca anúncios no jornal para tentar localizar os filhos desaparecidos. Em uma fala da mãe, vemos a dificuldade de um fechamento, o que torna impossível a elaboração do luto pela perda dos filhos: "...a espera continua. Mesmo que as possibilidades sejam pequenas, persiste uma brisa de esperança que ao menos um dos meus filhos pudesse estar vivo em algum lugar." (p.87)

Segundo alguns autores (Gosch & Tamarkin, 1988; Brannen & Podesta, 1990; Henderson & Henderson, 1997; Tubbs & Boss, 2000), o desaparecimento de um ente querido é um dos acontecimentos mais traumáticos que pode ocorrer a uma família. Todos estes autores apontam fatores como a ausência do corpo e a falta de informações como complicadores para a saúde física, psíquica e social dos envolvidos.

Ainda de acordo com estes pesquisadores, os sentimentos encontrados nesta população são os mesmos descritos em casos de luto por morte; porém, agravados pela incerteza e pela falta de reconhecimento social do desaparecimento como uma perda.

Em pesquisa intitulada *Missing people: issues for the Australian Community* (1997), os autores Henderson e Henderson constataram que as famílias de pessoas desaparecidas apresentam reações comuns de tristeza, angústia e desespero. Há também um número significativo de relatos de solidão e inconformismo com a falta de explicações sobre o desaparecimento. Estes familiares convivem diariamente com a dor de não saber, temendo o pior, mas, segundo os pesquisadores, mantêm a esperança do reencontro, num esforço contínuo frente à ambigüidade própria à situação.

Outro dado apontado pela pesquisa é que, para cada pessoa desaparecida, uma média de 12 pessoas serão afetadas, direta ou indiretamente, com conseqüências, principalmente, na saúde, nas condições financeiras e na qualidade das relações interpessoais e de trabalho (Henderson & Henderson, 1997).

Dentre os entrevistados, 37% apresentavam problemas físicos ou emocionais relacionados diretamente com o desaparecimento. O desaparecimento de um membro da família também gerou repercussões negativas nas atividades laborais em cerca de 50% dos entrevistados (em especial, problemas de concentração nas atividades exercidas). Há também os chamados prejuízos na qualidade de vida: 94% dos entrevistados tiveram alterações significativas em atividades cotidianas, relatando refeições irregulares, noites atrasadas, sono perturbado, atividades sociais e de lazer alteradas e, em alguns casos, negligência das necessidades emocionais de outras crianças da família.

Quanto aos relacionamentos intrafamiliares, os autores constataram que, em 57% dos casos, os membros da família relataram perda de confiança em seus companheiros e expressões de hostilidade e raiva dirigidas aos demais familiares. Já em relação ao relacionamento extrafamiliares, foram relatados sentimentos de vergonha, embaraço, choque, tristeza e falta de apoio da rede.

Alguns estudos dizem respeito especificamente ao desaparecimento de crianças. Em estudo realizado por Gosch e Tamarkin (1988), os pais de crianças desaparecidas revelaram sentimentos de medo e desesperança, além de um alto nível de frustração com as autoridades policiais envolvidas nos casos.

Klass e Marwit (1988) e Riches e Dawson (1996) alcançaram resultados análogos e afirmam que o desaparecimento de uma criança é um fator de risco para a saúde física e emocional dos pais. Os sentimentos de culpa prevalecem, e os pais sentem-se responsáveis por não proteger adequadamente o(a) filho(a) do perigo. A auto-estima dos pais está diretamente relacionada ao desempenho dos papéis socialmente validados de pai e mãe e, em decorrência do desaparecimento de um(a) filho(a), estes apresentaram uma maior vulnerabilidade a comentários e julgamentos morais.

Lloyd e Zogg (1997) apontam que as crises vivenciadas por uma família na qual há uma criança desaparecida podem desorganizar todo o sistema familiar. Segundo as autoras, a perda de um filho traz sentimentos de desesperança, isolamento, culpa, vergonha e falta de confiança entre os membros da família. As vidas podem ser drástica e permanentemente alteradas, e os pais de crianças desaparecidas sentem-se ignorados, pois, apesar de apresentarem sentimentos como dor, culpa e confusão, pouca ajuda psicológica e emocional está disponível para eles. Este não-reconhecimento do desaparecimento como uma perda pode ser um complicador para a família, em especial para os pais, pois, segundo Zimmerman (2001), somente quando uma perda é reconhecida e integrada, a pessoa pode dar continuidade ao seu viver.

Segundo Boss (2001), a sociedade não reconhece os casos de perda ambígua por ser esta muito distinta da perda “habitual”, ou seja, dos casos de morte, nos quais há uma validação social mediante os rituais como o funeral, o atestado de óbito, o enterro, a sepultura ou a cremação. Quando há a morte, a perda é observável e, por ser permanente, torna possível o enlutamento. Os rituais têm como função primordial marcar a perda de alguém importante que fazia parte da família e a ela deve se juntar; facilitar a expressão de sentimentos; ajudar o enlutado a dar sentido e concretude à perda; e possibilitar que o falecido seja lembrado. Como afirma a autora,

... muitas pessoas necessitam da experiência concreta de ver o corpo do ente querido que faleceu porque isso faz com que a perda seja real. Muitas famílias de pessoas desaparecidas não encontram nunca esta comprovação da morte. (p.35)

Sob esta perspectiva, a ausência de rituais pode impedir o início do processo de elaboração da perda e das mudanças necessárias após a mesma. Cabe

a pergunta: como nos casos de desaparecimento não há confirmações, mas apenas dúvidas, como pode a rede social dar continência a estas famílias? Como fornecer o suporte aos enlutados em uma situação que pode prolongar-se por toda a vida?

Vale ressaltar que a angústia das famílias, segundo Boss (2001), é intensificada, com frequência, pelas circunstâncias materiais que acompanham o desaparecimento, pois a família não só é gravemente afetada emocionalmente, como sofre, também, em termos econômicos, devido aos altos gastos durante as investigações.

Além disso, não sabem quando o familiar vai voltar - se é que voltará - o que dificulta a adaptação à nova situação, como ocorre nos casos de morte, nos quais uma das metas do processo de elaboração de luto é, justamente, a reorganização de papéis, o desinvestimento libidinal e re-investimento em novas relações. Como desinvestir os sentimentos de alguém que ainda pode voltar? Não estaria o enlutado desistindo ao chorar a perda de seu ente desaparecido?

Como podemos notar, as pesquisas apontam para as conseqüências físicas, emocionais e sociais nos casos de desaparecimento em um sistema familiar, e os dados corroboraram com os estudos realizados por Boss (2001), indicando, assim, a existência do chamado luto ambíguo. Porém, todas estas pesquisas foram realizadas em outros países. Como este fenômeno se dá na população brasileira? Em nossa sociedade, este luto é validado? É neste ponto que damos início a nossa investigação propriamente dita.